

CRIMINOLOGIA EM DOSTOIÉVSKI: “*CRIME E CASTIGO*” COMO CRÍTICA À RACIONALIDADE CLÁSSICA¹

Leonardo Prates Fabris²

RESUMO

O seguinte artigo visa fazer um *approach* entre literatura e criminologia, tomando como base de análise o clássico da literatura russa *Crime e Castigo*, do escrito Fiódor Dostoiévski. Faz-se uma breve exposição da vida do autor e sua filosofia dentro do contexto político que viveu na Rússia czarista, seguido de uma síntese da trama do romance em questão. Posteriormente, é estudada a crítica que Dostoiévski fez aos pensamentos e estudos vigentes no século XIX a partir das ideias apresentadas pelos personagens do romance, acompanhado de sua devida contextualização histórica, sendo ressaltados os estudos criminológicos existentes então.

Palavras-chave: Criminologia. Literatura russa. Século XIX. Iluminismo. Positivismo. Cientificidade. Racionalidade.

1) INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe realizar um estudo do nascimento da criminologia e de seu contexto histórico, seguido da posterior crítica e desconstrução a tais saberes no século XX, tomando como base para o estudo a obra literária *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévski. A importância do clássico da literatura universal, não somente para a criminologia como também para as demais ciências sociais na atualidade, pode ser vista a partir de uma síntese do retrato que ele fez de sua era. A trama do romance se desenvolve

¹ Artigo extraído do trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, aprovado com grau máximo pela banca examinadora composta pelos professores Dr. Álvaro Filipe Oxley da Rocha (orientador), Dr. Gabriel José Chittó Gauer e Dr. Paulo Vinícius Sporleder de Souza.

² Acadêmico do curso de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Email: leonardopratesfabris@gmail.com

em São Petersburgo, na segunda metade do século XIX. Neste período, ocorria uma disseminação profícua dos pensamentos progressistas de então, vinculados à economia política britânica e à filosofia francesa e alemã. O debate dos círculos intelectuais não se limitava somente à problemática política, mas também possuía grande prestígio pelas novas produções científicas. Este crescente entusiasmo pelas ciências não pode ser dissociado do pensamento ideológico secular vigente - as correntes de pensamento tomando maior destaque neste período variam desde o liberalismo até o socialismo. Não obstante, é possível encontrar um denominador comum em tais correntes: a crença no progresso a partir da razão humana, ideia aprofundada no período iluminista. A razão, tão preconizada pelas ideologias progressistas daquele período, é vista como o fator decisivo para uma sociedade onde prospere a liberdade individual juntamente com a harmonia social.

Neste período, a Europa ocidental desenvolveu proficuamente diversos ramos de conhecimento, como antropologia, sociologia, estatística e economia. Tal fenômeno acarretou em uma certa petulância das elites neste sentido, tornando o saber científico vigente um novo dogma. O romance vinga perfeitamente em retratar este contexto específico, a partir dos diálogos entre as personagens oriundas de classes e ofícios diversos. Muitos são otimistas em relação à disseminação do conhecimento que vem sendo realizada, permitindo uma melhor compreensão da sociedade, enquanto outros possuem diversas ressalvas. Entretanto, um dos temas mais debatidos é a questão do criminoso e do saber criminológico a partir de um crime, cerne do romance, cometido pelo protagonista Raskólnikov. A exposição da criminologia é um tanto mordaz: há diversas teses mirabolantes que são dadas como pertinentes, desde o ponto de vista psiquiátrico até o estatístico, mas todas elas fogem do real sentimento que toma o protagonista, assolado pelo horror de seu ato. Consequentemente, o romance se mostra como um grande ataque ao pensamento cientificista da época, realizando crítica ferrenha ao conhecimento em voga. Dostoiévski foi um dos primeiros pensadores a questionar a racionalidade presente nas disciplinas sociais e seu suposto entendimento do “homem”, mesmo que artisticamente.

2) FIÓDOR DOSTOIÉVSKI (1821-1881): VIDA E OBRA

A finalidade de compreender toda a potencialidade das ideias expressas pelo consagrado autor russo em seus romances requer primeiramente uma sucinta análise do contexto histórico em que este viveu na Rússia do século XIX. A nação de cultura eslava, premida de um grande sentimento nacionalista, via-se cada vez mais sobre a influência das ideias europeias do período. Tal exposição abrupta fez com que sentimentos discrepantes tomassem força em todo país: em sua parte ocidental, as ideias iluministas e racionalistas europeias eram vistas com bons olhos; ao mesmo tempo que do lado oriental, prevalecia o sentimento eslavófilo, que preconizava o papel messiânico da Rússia e da fé ortodoxa sobre a humanidade (BARRETT, 1977, p. 118). A elite cultural russa possuía pouca noção do atual estado de sua terra: enquanto que em ciclos de Moscou e São Petersburgo as ideias em voga eram debatidas, a verdadeira condição de milhares de russos era limitada à servidão, ao meio rural e à ignorância. Não é à toa que foi cunhada um termo específico, “*intelligentsia*”, somente para se referir a esta classe de intelectuais, visto sua total distância da realidade em que se encontrava seus conterrâneos.

Em tal conjuntura é que deve ser analisado o posicionamento político de Dostoiévski: ele, como muitos escritores russos da época, não era mero entusiasta de um nacionalismo ufanista e retrógrado. Tais artistas e pensadores entendiam e sentiam o contraste gritante entre ideias que, *a priori*, demonstravam ser lógicas e, por conseguinte, universais, e a condição dos russos menos favorecidos:

Intelectuais, como uma classe, sofrem ao ponto de serem excluídos do resto da humanidade. Mas intelectuais são a incorporação da própria razão, e se a própria razão for excluída da vida concreta dos humanos ordinários está limitada a decair. Quando a cabeça está muito longe do corpo, a cabeça enfraquece – ou enlouquece. O conjunto do Iluminismo europeu, aos olhos destes escritores, encarava essa ameaça.³ (BARRETT, 1977, p. 119)

³ “The Intellectuals as a class suffer to the degree that they are cut off from the rest of mankind. But intellectuals are the embodiment of reason, and reason itself if cut off from the concrete life of ordinary mankind is bound to decay. When the head is too far away from the body, the head withers –or goes crazy. The whole of the European Enlightenment, in the eyes if these writers, faced this threat.”

Devido à ausência de uma tradição filosófica ampla e complexa, ao oposto do caso da Europa Ocidental, a Rússia desta época pôde desenvolver seu pensamento de maneira muito menos rígida. Foi assim que escritores, dentre eles Dostoiévski e Liev Tolstói (1828-1910), expressaram suas ideias, tomadas de um caráter um tanto artístico, um tanto filosófico e um tanto passional. Assim, embora o autor estudado tenha sido primeiramente um escritor, diversas análises de suas obras se focaram no espectro filosófico.

Fiódor Dostoiévski dedicou boa parte de sua literatura para tanger temas como a condição humana, o sofrimento terreno e a moralidade social e divina. Em boa parte de suas obras, tais questionamentos são concretizados em algum acontecimento hediondo e torpe relacionado à criminalidade. Não por acaso: o autor, crítico de diversos intelectuais e acadêmicos que visavam compreender o homem como mero objeto de estudo, viu-se convivendo por certo período de sua vida com os seres do extrato mais sórdido e denegrado da sociedade – a população criminoso. É reconhecido por diversos estudiosos como um marco em sua carreira literária o período que o autor passou na prisão, de 1850 a 1854. Envolvido com grupos revolucionários na época do autoritarismo czarista, Fiódor foi julgado e condenado ao fuzilamento. Sua pena foi modificada no último momento, por ordem do Czar, para a realização de trabalhos forçados em um campo na Sibéria. O contato com pessoas das mais diversas estirpes, algumas condenadas por atos extremamente hediondos e mesmo assim, capazes de demonstrar tanta benevolência em seu âmago, fez com que o autor questionasse seus valores. O homem se demonstrou criatura de diversas facetas, complexa demais para ser reduzida a uma ideia definida e imutável.

A exposição à opressão estatal e à miséria dos marginalizados provocou um sentimento profundo de reflexão religiosa⁴ e filosófica. O pensamento dostoiévskiano, convivendo então com os saberes modernos que se alastravam pelo seu país, fazia uma crítica ferrenha ao racionalismo deixado

⁴ O pensamento religioso do autor é profícuo, sendo tema exaustivamente abordado em seus romances, principalmente em sua obra prima *Os Irmãos Karamázov* (1880). Entretanto, a proposta do seguinte artigo é interpretar a crítica ao pensamento ocidental feita pelo autor. Embora a mesma não possa ser dissociada de sua religiosidade, esta foge do presente tema, sendo matéria mais pertinente ao ramo da Teologia.

como herança iluminista. Para ele, a análise crua e objetiva do homem não permitia realmente sua compreensão, e sim, causava certo distanciamento e limitação de nosso entendimento sobre a realidade. Pode ser vista sua crítica às ciências modernas no exemplo da psicologia. Conforme BAKHTIN (1984, p. 61), Dostoiévski não possuía simpatia por esta espécie de recurso, compreendo-o como uma *reificação*⁵ degradante da alma do homem, oriunda das relações sociais e econômicas modernas. Este fenômeno se manifestaria em todos setores da sociedade, até o próprio pensamento humano, relevando seu livre-arbítrio e amplitude:

Dostoiévski constante e severamente criticou a psicologia mecanicista, tanto seu viés pragmático baseado no conceito de *direito natural* e *utilidade*, e até mais seu viés fisiológico, que reduzia a psicologia à fisiologia. Ele ridiculariza isso em seus romances também. É o suficiente lembrar os “tubérculos no cérebro” na explicação de Lebezyatkinov para a crise espiritual de Katerina Ivanovna (*Crime e Castigo*), ou a transformação do nome de Claude Bernard em um símbolo pejorativo da liberação do homem de sua responsabilidade – os “Bernards” de Dimitri Karamázov (*Os Irmãos Karamázov*).⁶ (BAKHTIN, 1984, p. 61, tradução livre)

Obviamente, a única máxima que possuiria validade universal seria o ideal do amor cristão, sentimento imbuído da capacidade de perdoar e admirar o próximo em suas falhas e fraquezas. Somente no momento que se adquire tal afeto é que seria possível exercer a alteridade e apreciar cada indivíduo em sua real autenticidade. A realidade, almejada ser interpretada pelos pesquisadores de então, já sofria deturpação em razão das limitações que faziam em seus métodos. Desta forma, o fator que teve uma grande importância em seu desenvolvimento artístico foi a maneira como sentimentos frequentemente tomavam precedente em comportamentos que, a partir de um ponto de vista comum, deveriam causar reações lógicas. Durante seu período

⁵ No original, “*Verdinglichung*”, termo de origem marxista utilizado por Bakhtin. Refere-se ao fenômeno capitalista de transformar sujeitos em meros objetos a partir das relações de produção e circulação de bens.

⁶ “Dostoevsky constantly and severely criticized mechanistic psychology, both its pragmatic lines based on the concept of *natural law* and *utility*, and even more its physiological line, which reduced psychology to physiology. He ridicules it in its novels as well. It is enough to remember the ‘tubercles on the brain’ in Lebezyatnikov’s explanation of Katerina Ivanovna’s spiritual crisis (*Crime and Punishment*), or the transformation of Claude Bernard’s name into a pejorative symbol of man’s liberation from responsibility – the ‘Bernards’ of Mitenka Karamazov (*The Brothers Karamazov*).”

prisonal, foi ficando cada vez mais forte o convencimento de que a razão em sua maneira abstrata teria pouco ou sequer qualquer controle sobre as necessidades físicas da personalidade humana (FRANK, 2010, p. 9). Por conseguinte, Dostoiévski é visto como um dos primeiros pensadores existencialistas da época ao ressaltar a irracionalidade e fé como os fatores determinantes da vontade humana. Em especial, seu pequeno romance *Notas do Subsolo* (1864) é considerada a primeira obra existencialista (KAUFMANN, 1975).

Abordados o contexto e a vida de Dostoiévski, é necessário investigar a sua produção literária. O autor escreveu quinze romances, sendo alguns deles considerados obras essenciais da literatura mundial, além de diversos contos, novelas e textos políticos. Obviamente, constata-se uma variação e desenvolvimento de suas ideias desde seu primeiro romance até o último, não podendo ignorar as fases da vida do escritor. Entretanto, a obra tomada como objeto de estudo, *Crime e Castigo*, publicada em 1866, permite uma boa introdução aos temas que foram caros ao autor sua vida toda, podendo serem vistos indícios de tais ideias já em seus livros iniciais, como *Notas do Subsolo*, até sua obra final *Os Irmãos Karamázov*.

A trama do clássico se desenvolve em São Petersburgo na segunda metade do século XIX. O protagonista, Rodion Românovitch Raskólnikov, é um jovem estudante universitário da província, que se mudou para Capital a fim de iniciar seus estudos no ramo jurídico. Entretanto, no momento que se passa a ficção, a personagem já abandonou seu curso há três meses devido a razões financeiras. Assim, seu cotidiano se limita entre permanecer taciturno em sua habitação, um pequeno quarto localizado em uma pensão no centro da cidade, e vagar pelas ruas de Petersburgo sem rumo, perdido em devaneios. Já no primeiro momento do romance, Dostoiévski faz uma descrição minuciosa do ambiente que se desenrola a história. São Petersburgo, então capital do Império Russo, é descrita como uma cidade lúgubre e sórdida, tomada por massas de trabalhadores, comerciantes e vagabundos. A cidade sofria neste período uma intensa expansão demográfica, devido à industrialização precária que ocorria na Europa Oriental. Não somente era exposta às tecnologias de produção ocidentais, mas também vinha recebendo uma transmissão pungente das ideias oriundas do oeste europeu. Entretanto, a ironia é gritante ao

perceber-se que, entre ideias tão romantizadas, a vivência destinada ao grosso da população não se enquadra nos moldes modernos.

Neste contexto social, o herói Raskólnikov interage com pessoas de toda sorte de extrato social. Devido a sua penúria, se vê forçado a penhorar seus bens pessoais de maior valor a uma velha usurária, conhecida entre os estudantes da cidade que necessitam de algum trocado. Esta personagem, Sra. Aliona Ivanóva, é descrita como um ser pusilânime e mesquinho, a ponto de obrigar sua irmã mais nova, Lizavieta, a lhe ajudar no negócio de forma praticamente escrava, sempre lhe dando ordens e a ameaçando fisicamente. Após o primeiro contato com esta senhora, Raskólnikov expõe uma profunda reflexão sua sobre a moralidade humana. Ponderando sobre a relação que as leis têm com os valores morais vigentes, e como grandes estadistas primeiramente quebraram as leis de época para após construir novas leis mais avançadas, o herói questiona-se: não seria esse processo de ruptura inerente à humanidade? Ideias antigas, estruturadas em diversos campos, entram em conflito com novas ideias no curso da história, e isso pode (e geralmente) resultar em ações violentas, como guerras, assassinatos, etc. Desta forma, figuras históricas, como Napoleão Bonaparte (1769-1821), foram primeiramente tachadas de criminosos e, utilizando meios ilegais para a ordem vigente, possibilitaram formular novos institutos que beneficiaram a humanidade de maneira geral. Então seria possível realizar a distinção entre dois tipos de pessoas: as extraordinárias e as ordinárias. O grande questionamento do personagem é: qual tipo de pessoa ele é? Seria ele capaz de suplantar as normas vigentes por ideais superiores? Em razão disto, ele começa a ponderar sobre a possibilidade de assassinar esta velha usurária e roubar seu dinheiro a fim de beneficiar pessoas em situação de necessidade. Esta ação seria o passo inicial para seguir sua jornada de herói benevolente.

Planejada a execução do crime, o protagonista decide dar cabo ao seu plano, assassinando Aliona com uma machadinha. Entretanto, acaba cometendo o homicídio em grande estado de ansiedade e também assassina a irmã da vítima a contragosto, visto sua entrada inesperada na cena do crime no momento que Rodion estava indo embora com os proventos da agiotagem. Após isso, ele decide enterrar os frutos de seu crime em baixo de uma pedra de um terreno baldio, até que a situação esteja mais apaziguada. A trama

segue mostrando os conflitos psicológicos que Raskólnikov passa a sofrer em razão do ato torpe cometido, ao ponto de adoecer e começar a delirar. Concomitantemente, diversos eventos paralelos vão ocorrendo, como a vinda à capital de sua mãe Pulkéria e sua irmã Dúnia, que está prestes a se casar com o pedante advogado Piotr Pietrovitch Lujín; o desenvolvimento do relacionamento entre o herói e a prostituta Sônia Marmeladova, filha do burocrata alcóolatra Semion, que vive com sua família em estado de lamentável penúria; e obviamente, a investigação do homicídio realizada pelo juiz Porfíri Petrovitch e seus embates com o protagonista, que é apresentado ao magistrado através de seu melhor amigo, Dmítri Razumíkhin.

3) “CRIME E CASTIGO” E SUA CRÍTICA À MODERNIDADE

3.1) O ZEITGEIST RACIONALISTA EM SÃO PETERSBURGO

Na formulação da teoria inicial de Raskólnikov, é possível notar a presença de um hegelianismo vulgar por parte do protagonista. Georg Friedrich Hegel (1770-1831) é considerado um dos filósofos mais influentes do pensamento ocidental. A partir de suas análises, formulou um sistema pleno, que toma como ponto de partida a compreensão epistemológica que o homem tem sobre sua realidade, culminando finalmente em uma sociedade racional livre, regida pelo Espírito (*Geist*). O pensamento hegeliano é considerado denso e intensamente complexo; não obstante, sua influência é notória nos mais diversos saberes, como o Direito, a História, a Filosofia, Sociologia, etc. Considerado um dos expoentes do movimento iluminista alemão (*Aufklärung*), seus escritos se disseminaram pela Europa durante o início do século XIX, tendo influenciado diversos pensadores do seu tempo, entre eles, Karl Marx (1818-1883) e Ludwig Feuerbach (1804-1872). Embora seja contestado até que ponto Dostoiévski se aprofundara nas ideias de Hegel, é pacífico que o autor foi exposto às suas ideias devido aos debates e grupos políticos na Rússia:

Dostoiévski viveu o período do Hegelianismo russo, misturou-se e por um tempo trabalhou com homens que foram influenciados por Hegel

e era notoriamente interessado em discutir os grandes problemas da filosofia.⁷ (JONES, 1971, p. 501, tradução livre)

Com isso em mente, um *link* entre a concepção de Raskólnikov e a filosofia da história de Hegel se torna coerente. Ao contrário do idealismo hegeliano, que concebe o universo a partir da unidade da Ideia, além da consciência individual, Dostoiévski retrata a pluralidade de consciências existentes, demonstrando o caráter polífono de seu romance (BAKHTIN, 1984, p. 78). Ou seja, a exposição que faz do contexto que aborda não ocorre a partir de uma descrição onisciente deste fenômeno: a construção é feita por diálogos, sendo ressaltado o caráter individual por trás dos pensamentos de cada personagem. A literatura romântica e iluminista se manteve condizente ao idealismo hegeliano – há uma verdade impessoal e autossuficiente, independentemente das intenções de cada personagem. O herói nesta espécie de romance se assemelha ao indivíduo histórico hegeliano: um mero portador desta Ideia universal, que gravita em direção à visão de mundo monológica do próprio autor, não reconhecendo a coexistência de qualquer outra visão, exceto para refutá-la. Este pensamento não é representado por algum personagem; ele é afirmado no contexto (BAKHTIN, 1984, pp. 79-80). Um bom exemplo seria o romance *Cândido* (1759), de Voltaire (1694-1778). Já o herói em Dostoiévski é na maior parte das vezes um idealista. Entretanto, sua ideia é estritamente relacionada a sua personalidade, se tornando concomitantemente um discurso confessional. Assim, a verdade é individualizada, de acordo com o contexto de cada personagem: não há uma consciência geral a ser apreendida, sendo somente expostas ao leitor diversas consciências de um mesmo período, oriunda de diversos personagens. Conforme BAKHTIN (1984, p. 90, tradução livre) dispõe:

Como artista, Dostoiévski não criou suas ideias da mesma forma que filósofos e acadêmicos criaram as suas – ele criou imagens de ideias encontradas, escutadas, algumas vezes previstas por ele *na própria realidade*, isso é, ideias já existentes ou entrando na vida como forças-ideia. Dostoiévski possuía um dom extraordinário para ouvir o diálogo de sua época, ou, mais precisamente, para ouvir sua época como um grande diálogo, para detectar nela não somente vezes

⁷ “Dostoyevsky lived through the age of Russian Hegelianism, mixed and for a time worked with men who were influenced by Hegel, and was notoriously interested in discussing the great problems of philosophy.”

individuais, mas precisa e predominantemente a *relação dialógica*, entre vozes, sua *interação* dialógica. Ele escutou tanto as vozes altas, reconhecidas e reinantes de sua época, isso é, as ideias dominantes (oficial e não oficial), como também as vozes ainda fracas, ideias ainda não plenamente emergidas, ideias latentes escutadas por ninguém além dele mesmo, e ideias que estavam recém começando a amadurecer, embriões de futuras visões de mundo. “Realidade em sua totalidade”, Dostoiévski escreveu, “não se exausta pelo que está imediatamente a mão, pois uma parte dominante desta realidade está contida na forma de um *futuro Mundo latente e tácito* ainda.”⁸

Com isso em mente, a trama de *Crime e Castigo* não pode ser vista meramente como a história de um assassino e a expiação de sua culpa. O projeto do escritor russo foi mais além, tendo sido a ideia e o crime de Raskólnikov mero elemento condutor da trama, mas que se dirige a algo superior – uma crítica ao *Zeitgeist* de seu período. O ataque à Hegel é somente um introdutor a esta crítica, que se estende aos demais setores intelectuais vigentes, tornando-se também uma crítica política. Isso será visto analisando-se como foi composto o “diálogo de sua época” na obra.

Hegel certamente é imbuído de um pensamento extremamente abstrato, e sua filosofia não pode ser facilmente relacionada a dos demais pensadores de seu período. O filósofo prussiano viveu a era iluminista, mas pertenceu a um grupo de pensadores que não se enquadram nem no viés liberal, socialista, mas tidos como progressistas. Esta escola é rotulada a da filosofia clássica alemã, corpo de pensamento criado entre 1760 e 1830, juntamente com a literatura romântica (HOBSBAWM, 2010, p. 393). Além de Hegel, Immanuel Kant (1724-1804) é considerado seu grande luminar. Depois de 1830, ocorreu um processo de desintegração dentro da filosofia alemã e suas consequências foram os “jovens hegelianos” e, finalmente, o marxismo. A filosofia clássica alemã foi um fenômeno verdadeiramente burguês. Todas suas principais

⁸ “As an artist, Dostoevsky did not create his ideas in the same way philosopher or scholars create theirs – he created images of ideas found, heard, sometimes divined by him *in reality itself*, that is, ideas already living or entering life as idea-forces. Dostoevsky possessed an extraordinary gift for hearing the dialogue of his epoch, or, more precisely, for hearing his epoch as a great dialogue, for detecting in it not only individual voices, but precisely and predominantly the *dialogic relationship*, among voices, their dialogic *interaction*. He heard both the loud, recognized, reigning voices of the epoch, that is, the reigning dominant ideas (official and unofficial), as well as voices still weak, ideas not yet fully emerged, latent ideas heard as yet by no one but himself, and ideas that were just beginning to ripen, embryos of future worldviews. ‘Reality in its entirety’, Dostoevsky himself wrote, ‘is not to be exhausted by what is immediately at hand, for an overwhelming part of this reality is contained in the form of a still *latent, unuttered future World*.’”

figuras saudaram com entusiasmo a Revolução Francesa e permaneceram fiéis a ela por um longo período. O iluminismo foi a estrutura do pensamento típico do século XVIII de Kant e o ponto de partida de Hegel: a filosofia de ambos era profundamente impregnada pela ideia de progresso. Em seu célebre escrito *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*⁹, Kant o inicia de maneira estrondosa, responde à pergunta incisivamente e demonstra grande credibilidade na razão humana:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784, p. 5)

Contudo, desde o princípio, a filosofia alemã diferia do liberalismo clássico em importantes aspectos. O pensamento hegeliano era deliberadamente idealista e rejeitava o materialismo ou o empirismo da tradição clássica. Ademais, o ponto de partida para Hegel é o coletivo, que se desintegra em indivíduos sob o impacto do desenvolvimento histórico (HOBBSAWM 2010, p. 395). Entretanto, viveu na era que se desenvolveu como nunca as mais variadas escolas filosóficas, e veio a falecer pouco antes do período que veio a ser estimada a cientificidade de modo exacerbado, em detrimento da filosofia. Não obstante, esta mudança não pode ser desconsiderada do elemento em comum tanto ao século XVIII quanto o XIX – a crença na razão.

O importante da teoria filosófica de Hegel é o que deixou como herança para o mundo contemporâneo. Direito e Estado têm um lugar privilegiado no sistema de pensamento hegeliano. Para o autor alemão, o Estado era o *summum* da racionalidade, e “a realidade da vontade substancial, que carrega em si a autoconsciência especial elevada à sua generalidade, é o racional em si e para si” (ANITUA, 2008, p. 264). Ao glorificar o Estado, ele não fazia senão

⁹ Em tradução livre, “Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?”. Pode ser traduzido também como “o que é o Iluminismo?”, visto a equivalência dos termos.

descrever e justificar o mundo capitalista burguês do industrialismo – imposto após as revoluções do século XVIII e consolidado no século XIX. Como será posteriormente exposto, esta vinculação entre o Estado e a racionalidade é de suma importância para compreender o surgimento da criminologia.

Desta forma, os entusiastas deste novo período, oriundo do Esclarecimento, acreditavam firmemente (e com razão) que a história humana era um avanço mais que um retrocesso ou um movimento oscilante ao redor de certo nível. Podiam observar que o conhecimento científico e o controle técnico do homem sobre a natureza aumentavam diariamente. Acreditavam que a sociedade humana e o homem individualmente, podiam ser aperfeiçoados pela mesma aplicação da razão, e que estavam destinados a seu aperfeiçoamento na História. Com isto concordavam tanto os liberais burgueses e os revolucionários socialistas proletários, indo de encontro aos conservadores. (HOBSBAWM, 2010, p. 370)

A importância desta “ideologia da razão” (ANITUA, 2008, p. 137) desenvolvida no Iluminismo do século XVIII e levada ao extremo com o positivismo no séc. XIX não pode ser dissociada de sua origem comum: o pensamento moderno de Descartes, origem de todas doutrinas racionalistas. Em 1637, René Descartes (1596-1650) escreveu *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences*¹⁰, obra considerada o bastião da modernidade. Este seria o pontapé inicial de um novo sistema de filosofia que, embora compreenda a preeminência do mundo das ideias sobre a realidade, conforme Hegel faria futuramente, também vê o pensamento como ação revolucionária e vê o próprio método cartesiano como ponto de partida de uma nova filosofia prática.

O movimento da Ilustração só tinha em comum, tanto no âmbito científico quanto no filosófico, a enorme confiança depositada na mente humana que, entre outras coisas, seria o artífice da ideia de Progresso, uma ideia que permitia sonhar que a sociedade, organizada de acordo com a Razão, melhoraria indefinidamente (ANITUA, 2008, p. 137). A emancipação do espírito humano da superstição e da ignorância parecia ser o traço comum dos

¹⁰Em tradução livre, “Discurso do método para bem conduzir a razão de um e pesquisar a verdade nas ciências”, demonstrando claramente um grande teor racionalista.

pensadores iluministas que se opunham ao Antigo Regime (*Ancien Régime*). Este ímpeto emancipatório não pode ser dissociado de suas aplicações em campos práticos:

Com efeito, em toda a Ilustração as propostas políticas se situavam em relação às propostas científicas e técnicas. O progresso de umas ia de mãos dadas com as outras, como se percebe nas reflexões de todos esses autores. A Ilustração deve sua força ao aumento da produção e do comércio possibilitado pelos avanços técnicos. Não foi por acaso que seus representantes tenham surgido no interior dos setores mais prósperos do período, que inevitavelmente pensavam ou olhavam para a Inglaterra, a grande potência econômica do século XVIII. (ANITUA, 2008, p. 141)

A questão de governança e administração do novo Estado deve portanto ter como base a razão: isso faz com que perca seu caráter político e adquira um caráter científico. Uma destas escolas de pensamento inovadoras foi a do utilitarismo, de teor liberal, que reduzia todas as relações humanas inteiramente ao padrão da felicidade como o supremo objetivo de cada indivíduo e a maior felicidade do maior número de pessoas como o objetivo da sociedade, podendo ser realizada a soma aritmética dos objetivos individuais a fim de auferir o progresso social. Portanto, era a partir destes princípios que o Estado deveria se guiar. Foi fortemente disseminada por Jeremy Bentham (1748-1832) e James Mill (1773-1836), que se inspiraram no pensamento político clássico. O sistema moral utilitarista foi de grande importância principalmente na Inglaterra, país de origem dos principais economistas de então, sendo fortemente associado ao empirismo, propondo uma ideologia que reduz tudo, exceto o cálculo racional do “interesse próprio”, à “insensatez com pernas de pau” (como se referiu Bentham) (HOBBSAWM, 2010, p. 372). Certamente, estes princípios da felicidade geral se estenderiam à aplicação da lei, devendo ela possuir um caráter eficiente e danoso na prevenção ao crime. Entre suas ideias relativas ao direito criminal, se destaca o famoso projeto do “Panóptico”¹¹, concebido por Bentham (MORISSON, 1997, p. 75).

¹¹ O “Panóptico” seria a instituição penitenciária máxima na correção do criminoso. No período que foi concebido, a utilização de presídios para punição não era comum, sendo somente utilizada para deter o delinquente até a aplicação de sua verdadeira pena, normalmente corporal. Entretanto, Bentham preconizava que estes métodos eram ineficientes e danosos como um todo. Ele acreditava ter concebido a instituição punitiva ideal, consistente em uma prisão circular, onde um observador central poderia vigiar ininterruptamente todos os locais onde houvessem presos.

O ideal utilitarista não deixa de ser exposto em Crime e Castigo, no aspecto do cálculo aritmético para auferir o que é de maior interesse a coletividade, mesmo que seja um crime. É o que Raskólnikov expõe catatonicamente, ao confrontar um oficial da polícia que suspeita de seu envolvimento na morte da velha usurária:

- Escute mais isso. Por outro lado, forças jovens, frescas, sucumbem em vão por falta de apoio, e isso aos milhares, e isso em toda parte! Cem, mil boas ações e iniciativas que poderiam ser implementadas e reparadas com o dinheiro da velha, destinado a um mosteiro! Centenas, talvez milhares de existências encaminhadas; dezenas de famílias salvas da miséria, da desagregação, da morte, da depravação, das doenças venéreas – e tudo isso com o dinheiro dela. Mate-a e tome-lhe o dinheiro, para com sua ajuda dedicar-se depois a servir a toda a humanidade e a uma causa comum: o que você acha, esse crime ínfimo não seria atenuado por milhares de boas ações? Por uma vida – milhares de vidas salvas do apodrecimento e da desagregação. Uma morte e cem vidas em troca – ora, isso é uma questão de aritmética. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 80)

Os liberais, além de seu interesse pela moralidade em moldes utilitários, associavam-na estritamente a questões econômicas. Pensadores como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1792-1823) recebiam destaque por sua preconização do indivíduo em busca de seus interesses pessoais como a forma “natural” de serem mantidas as relações entre os homens. Obviamente, esta assunção daria margem ao livre desenvolvimento e competição de entes privados, visto que estas trocas voluntárias permitiram um intercâmbio equivalente de valores nas relações comerciais. Assim, o estágio da humanidade em que se assume o pleno egoísmo como forma de agir em sociedade, livrando-se de fatores “artificiais”, resultaria em um bem estar geral, que não englobaria uma igualdade material aos cidadãos, e sim somente uma formal, com o Estado se omitindo em criar empecilhos que impedissem a livre negociação (HOBBSAWM, 2010, p. 376). Esta fama e prestígio atribuídos às descobertas da economia política são expressadas no romance. O personagem Marmieládov, bêbado em um bar, se depara com o protagonista e passa a tagarelar com o desconhecido. Entre os deboches dos demais presentes, que já estão cientes do caráter patético desta personagem, ele relata seus problemas financeiros à Raskólnikov - seja o fato de gastar todas suas economias em bebida, ou o fato de estar em débito com seu locador,

Liebiátnikov:

[...] Permita-me perguntar, meu jovem, já lhe aconteceu...hum...bem, pelo menos pedir dinheiro emprestado sem esperança?

-Aconteceu...mas como sem esperança?

- Isso mesmo, sem qualquer esperança, sabendo de antemão que nada vai conseguir. Você sabe, por exemplo, de antemão e em detalhes que essa pessoa, o mais bem-intencionado e mais útil dos cidadãos, não lhe vai emprestar de jeito nenhum, pois, pergunto eu, por que iria emprestar? Ora, já sabe que eu não vou pagar. Por compaixão? Mas o senhor Liebiátnikov, em dia com as novas ideias, explicou que há pouco que a compaixão em nossa época está proibida até pela ciência e que já é assim que se procede na Inglaterra, onde existe a economia política. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 31)

Ademais, em uma das discussões que participa um dos antagonistas da trama, Piotr Pietróvitch Lujin, pretense cunhado de Raskólnikov, é demonstrado seu entusiasmo ao visitar a capital pelas novas ideias presentes no espírito empreendedor da juventude de São Petersburgo, claramente um enaltecimento de teor liberal:

- Discordo do senhor – objetou Piotr Pietróvitch com uma visível satisfação -, é claro que há paixões, coisas erradas, mas também precisamos ser condescendentes: as paixões são uma prova do ardor por uma causa e da situação externa irregular em que tal causa se encontra. Se pouca coisa foi feita, é preciso considerar que não houve muito tempo. Dos meios eu nem falo. Pessoalmente, como queira, acho até que se fez alguma coisa: foram divulgados pensamentos úteis, difundidas algumas obras novas e úteis no lugar das antigas sonhadoras e românticas; a literatura vem ganhando matiz mais maduro; foram erradicados e ridicularizados muitos preconceitos nocivos...Em suma, nós cortamos o cordão umbilical com o passado de forma irreversível e isso, acho eu, já é uma obra...

- Decorou a lição! Está apresentado – pronunciou Raskólnikov.

- O quê? – perguntou Piotr Pietróvitch, que não ouvira direito, mas não recebeu a resposta.

- Tudo isso é justo – acrescentou Zóssimov apressado.

- Não é verdade? – continuou Piotr Pietróvitch, olhando de um jeito agradável para Zóssimov. – O senhor mesmo há de convir – continuou, dirigindo-se a Razumíkhin, mas já com um certo ar de triunfo e superioridade, e por pouco não acrescentou: “meu jovem” – que existe avanço ou, como dizem hoje, progresso, ainda que seja em prol da ciência e da verdade econômica...

- Lugar-comum!

- Não, não é lugar-comum! Se a mim, por exemplo, disseram até hoje: “ama teu próximo”, e eu amei, o que resultou daí? – continuou Piotr Pietróvitch, talvez com excesso de precipitação. – Resultou que eu rasguei o cafetã ao meio, dividi-o com o próximo e ambos ficamos pela metade nus, seguindo o provérbio russo: “Quando se caçam muitas lebres ao mesmo tempo não se pega nenhuma”; Já a ciência diz: ama acima de tudo a ti mesmo, porque tudo no mundo está fundado no interesse pessoal. Se amas apenas a ti mesmo, realizas os teus negócios da forma adequada e fica com o cafetã inteiro. Já a

verdade econômica acrescenta que quanto mais negócios privados organizados houver numa sociedade, e por assim dizer, cafetãs inteiros, tanto mais sólidos serão seus fundamentos e tanto mais organizada será a causa comum. Logo, ao adquirir única e exclusivamente para mim, precisamente dessa forma eu adquirei como que para todos e levo a que o próximo receba um cafetã um tanto mais rasgado porém não mais de favores privados isolados e sim como resultado do avanço geral. A ideia é simples, mas infelizmente demorou demais a ser implementada, empanada que estava pelo entusiasmo e pelo espírito contemplativo, e pareceria, precisava-se de um pouco de engenho para adivinhar... (DOSTOIÉVSKI, 2009, pp. 161-162)

O papel dos socialistas também não pode ser desconsiderado por trás desta nova lógica. Embora comumente distinguidos na atualidade liberais e socialistas, figurando nos polos políticos da direita e esquerda respectivamente, historicamente houve uma correlação entre suas ideias, tachadas genericamente de “progressistas”. Deste modo, os novos socialistas simplesmente se defendiam empurrando os argumentos do liberalismo clássico franco-britânico para além do ponto até onde os liberais burgueses estavam preparados para ir. A nova sociedade por eles defendida também não necessitava abandonar o terreno tradicional do humanismo clássico e do ideal liberal. Um mundo no qual todos fossem felizes e no qual todo indivíduo realizasse livre e plenamente suas potencialidades, no qual reinasse a liberdade e do qual desaparecesse o governo coercitivo era o objetivo máximo de liberais e socialistas. O que distinguia os vários membros da família ideológica descendente do Humanismo e do Iluminismo – liberais, socialistas, comunistas ou anarquistas não era a amável anarquia que é a utopia de todos eles, mas sim os métodos para alcançá-la. (HOBSBAWM, 2010, p. 383)

Para o contexto específico do romance, deve-se levar em conta a ebulição do pensamento europeu que ocorreu na Rússia czarista durante o século XIX, a fim de se compreender as diversas vertentes de pensamento que eram até então trabalhadas e aceitas pelos setores culturais. Enquanto que no extremo ocidente europeu a filosofia estava relativamente desprestigiada neste período, sendo reconhecida somente a importância do positivismo, a Rússia imperial lidava com a aparição de diversas ideias, todas oriundas da racionalidade do século XVIII, mas de fases diferentes. Esta “epidemia” de ideias europeias teve sua reação contrária a partir da eslavofilia, conforme exposto anteriormente. Embora não tome uma ideologia assumida, o

personagem Razumíkhin, melhor amigo de Raskólnikov, critica reiteradamente à apropriação das ideias modernas pela sociedade russa:

A senhora acha que estou a favor de que eles mintam? Absurdo! Eu gosto quando mentem! A mentira é o único privilégio humano perante todos os organismos. Quem mente chega à verdade! Minto, por isso sou um ser humano. Nunca se chegou a nenhuma verdade sem antes haver mentido de antemão quatorze, e talvez até cento e quatorze vezes, e isso é uma espécie de honra; mas nós não somos capazes nem de mentir com inteligência! Mente para mim, mas mente a teu modo, e então eu te dou um beijo. Mentir a seu modo é quase melhor do que falar a verdade à moda alheia; no primeiro caso és um ser humano, no segundo, não passas de um pássaro! A verdade não foge e a vida a gente pode segurar com pregos; exemplos houve. E hoje, o que nós fazemos? Todos nós, todos sem exceção, no que se refere à ciência, ao desenvolvimento, ao pensamento, aos inventos, aos ideais, aos desejos, ao liberalismo, à razão, à experiência e tudo, tudo, tudo ainda estamos na primeira classe preparatória do colégio! Nós nos contentamos em viver da inteligência alheia – e nos impregnamos! Não é verdade? Não é verdade o que estou falando? (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 214)

Assim, embora a filosofia estivesse mais em voga na Rússia neste período, ela perdeu boa parte de seu prestígio na Europa ocidental, em benefício de ideias consideradas mais científicas, como expõe HOBBSAWM (1975, p. 294):

A sociedade burguesa da segunda metade do século dezenove era autoconfiante e orgulhosa de suas conquistas. Em nenhum campo de empreendimento humano isso era tão assim quanto no do avanço do conhecimento, na “ciência”. Homens educados deste período não eram meramente orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas outras formas de atividade intelectual a elas. Em 1861, o estatístico e economista Cournot observou que “a crença na verdade filosófica enfraqueceu tanto ao ponto de nem o público nem as academias se interessam mais em receber trabalhos deste tipo, exceto como produtos de pura escolaridade ou curiosidade histórica”. De fato, não foi um período feliz para os filósofos. Até mesmo em seu lar tradicional, a Alemanha, não havia ninguém de estatura comparável para suceder as grandes figuras do passado.¹²

¹² “The bourgeois society of the third quarter of the nineteenth century was self-confident and proud of its achievements. In no field of human endeavor was this more so than in the advancement of knowledge, in ‘science’. Educated men of this period were not merely proud of their sciences, but prepared to subordinate all other forms of intellectual activity to them. In 1861 the statistician and economist Cournot observed that ‘the belief in philosophic truth has cooled off to such an extent that neither the public nor the academies any longer like to receive or to welcome works of this kind, except as products of pure scholarship or historical curiosity. It was not, indeed, a happy period for the philosophers. Even in their traditional home, Germany, there was nobody of comparable stature to succeed the great figures of the past.”

Os ramos dominantes da filosofia na era vitoriana eram subordinados à ciência: o positivismo francês, da escola de Augusto Comte (1798-1857), e o empirismo britânico, de John Stuart Mill e Herbert Spencer (1820-1903). A base do positivismo residia em sua ideia sobre a imutabilidade das leis da natureza e a impossibilidade de conhecimento absoluto, não sendo nada além de uma justificação filosófica do método convencional das ciências experimentais. Desta forma, o método positivo cria em uma visão de progresso evolucionário, sendo o estágio científico (o vigente) o final da humanidade, considerando o teológico e metafísico como estágios anteriores:

Ademais, com tanta confiança nos métodos científicos, não era surpreendente que homens educados da segunda metade do século eram imensamente impressionáveis com suas conquistas. Realmente, às vezes eles chegavam perto de pensar que essas conquistas não eram somente impressionantes, mas finais. William Thompson, Lord Kelvin, o celebrado físico, pensou que todos os problemas básicos da física haviam sido resolvidos, embora alguns problemas relativamente menores remanesçam para ser esclarecidos. Ele estava, como nós sabemos, espantosamente equivocado.¹³ (HOBSBAWM, 1975, p. 295)

Esta presunção científica não era tanto produto de resultados relevantes obtidos nos ramos das ciências sociais, e sim, uma crença na infalibilidade do método científico. Este forte ideal não se limitou aos quadros padrões da intelectualidade: um fenômeno pertinente do século XIX é a reconhecida popularização do saber científico. Ao menos nos meios urbanos, a população burguesa possuía educação e renda o suficiente para ter acesso às últimas contribuições feitas pelos cientistas, através de suas publicações. Esta disseminação não somente resultou em maior compreensão por parte dos leigos às pesquisas científicas, mas também permitiu uma apropriação e interpretação até certo ponto indevida destas mesmas pesquisas:

E se os cientistas sentiam que eles podiam falar com certeza, quanto mais os publicadores e ideólogos que estavam todos mais convictos ainda das certezas dos experts, pois eles podiam entender o que os

¹³ “Moreover, with such confidence in the methods of science it is not surprising that educated men of the second half of the century were immensely impressed with its achievements. Indeed, they sometimes came close to thinking that these achievements were not merely impressive but final. William Thompson, Lord Kelvin, the celebrated physicist, thought that all the basic problems of physics had been solved, though a number of relatively minor problems remained to be cleared up. He was, as we know, quite startlingly mistaken.”

experts diziam, ao menos até o ponto do que podia ser dito sem o uso de matemática superior. Até mesmo física e química ainda pareciam estar na compreensão do “homem prático” – como um engenheiro civil. A *Origem das Espécies* de Darwin era totalmente acessível ao homem leigo educado.”¹⁴ (HOBSBAWM, 1975, p. 315, tradução livre)

Razumíkhin demonstra esse fenômeno da disseminação da ciência. Entretanto, o faz ironicamente, expondo um viés cínico em relação ao verdadeiro escopo por trás disso, ao fazer uma oferta de trabalho à Raskólnikov:

- Vê: eu mesmo estou sem aulas, e aliás estou me lixando, mas na Feira de Usados há um livreiro, Kheruvímov, que em pessoa já é uma espécie de aula. Hoje eu não o troco por cinco aulas para famílias de comerciantes. Ele faz umas ediçõezinhas de uns livrinhos de ciências naturais – e como se esgotam! Só os títulos, o que não valem! Tu mesmo sempre afirmaste que eu sou um pateta; juro, meu irmão, que há gente mais pateta que eu! Agora também entrou na onda; ele mesmo não entende patavina, mas eu, naturalmente, o estímulo. Vê, pouco mais de duas folhas de um texto alemão – a meu ver, o charlatanismo mais imbecil: numa palavra, o autor discute se a mulher é ou não é gente. E, natural, demonstra solenemente que é gente. Kherumínov está preparando isso como parte da questão feminina; eu traduzo; ele transforma essas duas folhas e meia numas seis folhas, a gente bola um título pomposíssimo de meia página e lança a cinquenta copeques. Vai dar certo! Vou receber seis rublos por folha traduzida, logo, uns quinze rublos por tudo, e seis já peguei adiantados. Terminando isso, começaremos a traduzir sobre baleias, depois, vamos traduzir umas bisbilhotices chatíssimas da segunda parte de umas *Confessions*; também já marcaram; alguém disse a Kheruvímov que isso seria de Rousseau, uma espécie de Radíchev. Eu, naturalmente, não me oponho, que se danem! (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 126)

Até certo ponto, este pensamento dotado de propriedades “científicas” teve um grande caráter estacionário. Assim, uma era que, a princípio, se caracterizou pela historização do universo, raciocínio já oriundo do pensamento hegeliano, expôs uma tendência a se engessar em operações uniformes, contínuas e não revolucionárias das imutáveis leis da natureza. Desta forma, o reducionismo se tornou uma ferramenta essencial para sustentar esse

¹⁴ “And if the scientists felt that they could speak with certainty, how much more so the lesser publicists and ideologists who were all the more certain of the experts’ certainties, because they could understand most of what the experts said, at least in so far as it could still be said without the use of higher mathematics. Even in physics and chemistry they still appeared to be within the grasp of the ‘practical man’- say a civil engineer. Darwin’s *Origin of Species* was totally accessible to the educated laymen.”

conhecimento (HOBSBAWM, 1975, p. 303). Ademais, deve-se destacar o desenvolvimento no ramo da biologia da teoria da evolução por Charles Darwin (1809-1882): tal tese não somente abalou a ciência biológica, mas também foi catalizadora para uma nova concepção sobre os saberes em geral. Ao perceber o homem dentro de um esquema de evolução, foi abolida a linha precisa entre ciências naturais e humanas (HOBSBAWM, 1975, p. 302). De todo, isto causou prejuízos nas áreas humanas, ao ser superestimada uma similaridade na evolução das espécies da natureza e das sociedades humanas, ignorando as óbvias discrepâncias existentes em um âmbito e outro. Alguns pensadores deste período, como Herbert Spencer, chegaram a limitar toda evolução da humanidade em termos biológicos, sendo esta doutrina denominada de Darwinismo social:

A evolução relaciona as ciências naturais às ciências humanas ou sociais, embora este último termo seja anacrônico. Ainda assim, a necessidade de uma ciência específica e geral da sociedade (distinta das diversas disciplinas relevantes já lidando com questões humanas) foi pela primeira vez seriamente sentida. A Associação Britânica para a Promoção da Ciência Social (1857) meramente teve o modesto objetivo de aplicar métodos científicos às reformas sociais.¹⁵ (HOBSBAWM, 1975, p. 305)

O cientificismo causou fascínio a diversos pensadores do século XIX, independentemente de sua vertente política. A ideia da evolução demonstraria que o progresso estava cientificamente provado, sendo a ordem vigente assentada nestes princípios, em detrimento do mero viés religioso. Desta forma, todo pensamento tido como racionalista reconhecia a significância destas conquistas. Não obstante, este caráter científico tomou uma faceta determinista, até, inesperadamente, entre aqueles com pensamentos mais radicais, como os anarquistas ou socialistas, vide a obra de Friedrich Engels (1820-1895), o *Anti-Dühring* (ANITUA, 2008, p. 290). A ideia deturpada que se alastrou nos setores socialistas, um marxismo vulgar, de compreender o homem estritamente como produto de seu meio, é caracterizado em um personagem específico do romance, tomado como progressista assumido,

¹⁵ "Evolution links the natural sciences to the human or social sciences, though the later term is anachronistic. Still, the need for a specific and general science of society (as distinct from the various relevant special disciplines already dealing with human affairs) was for the first time seriously felt. The British Association for the Promotion of Social Science (1857) merely had the modest object of applying scientific methods to social reforms."

Andriêi Semeónovitch. Tal personagem se presta a expor em detalhes “o sistema de Fourier e a teoria de Darwin” ao antagonista Lujín, além de fazer pedidos a fim “de contribuir para uma futura e breve comuna em algum ponto da rua Meschánskaia; ou, por exemplo, de não atrapalhar Dúnietchka, se esta tivesse a ideia de arranjar um amante já no primeiro mês do casamento; ou de não batizar os seus futuros filhos etc. etc – tudo coisa desse gênero” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 375), acaba constatando o seguinte sobre a questão da prostituição e a liberdade da mulher em uma futura sociedade socialista:

Na comuna não existem esses papéis. E organiza-se a comuna para que não haja tais papéis. Na comuna esse papel lhe modificaria toda a essência atual, e o que aqui é tolo lá se torna inteligente, o que aqui, nas atuais circunstâncias, é antinatural, lá se torna perfeitamente natural. Tudo depende da situação e do meio em que o homem vive. Tudo depende do meio, e o próprio homem é nada. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 379)

Embora isso dificilmente possa ser relacionado aos progressistas em comento, de forma geral este caráter um tanto conformista do conhecimento dominante não pode deixar de ser visto sob uma ótica política: o trauma causado pelas agitações revolucionárias que irromperam com a revolução francesa fez com que a elite cultural ficasse mais relutante em assumir opiniões abertamente abruptas e extremas quanto à sociedade. A sociologia, termo cunhado então por Comte, partia de um pressuposto biológico, concebendo a sociedade como um organismo interligado a partir da cooperação entre todos grupos da sociedade, ao total oposto do viés marxista de “*luta de classes*” (HOBSBAWM, 1975, p. 307). Na contramão da imagem que se dava de mudança e progresso a partir de descobertas científicas significantes como a de Darwin, este conservadorismo justificado cientificamente demonstrava a faceta negativa do século XIX, baseado mais em propaganda do que propriamente ciência. O pensamento desta época não pode ser dissociado de uma legitimação socioeconômica das desigualdades a partir de um viés racional, não obstante o seu próprio fundamento ideológico ser igualitário. O liberalismo não possuía uma defesa lógica contra a igualdade e a democracia, bastiões de seu pensamento. Portanto, a ciência, como o trunfo desta ideologia, dedicou-se a provar que nem todos são iguais. (HOBSBAWM, 1975, p. 313) E um dos instrumentos de legitimação deste ideal foi a criminologia,

conforme será exposto.

3.2) O NASCIMENTO DA CRIMINOLOGIA COMO CIÊNCIA

Neste período relatado, o conhecimento começou a operar de maneiras variadas, principalmente no ramo das humanas, em virtude desta nova concepção sobre a ciência. Princípios que tomaram forma após a Revolução Francesa (1789-1799) demonstram a institucionalização da razão no Estado, conforme glorificada pelos iluministas. O Estado moderno abandonou os laços que possuía com a religião e, por conseguinte, o autoritarismo existente até então. A atuação deste poder deve ser justificada e limitada por parâmetros considerados razoáveis e seculares – o respeito ao império da lei e à liberdade individual são premissas a serem consideradas:

de un lado, el racionalismo jurídico propugnaba abiertamente el monopolio exclusivo del ius puniendi en manos del Estado, supriendo todo residuo señorial; pero de otra parte, el humanitarismo y la filantropia exigían limitar la desbordante y en ocasiones arbitraria facultad punitiva del poder. Era preciso, pues, fortalecer el Estado, y al mismo tiempo, limitarlo y dulcificarlo. (...) Mantener y fortalecer el monopolio estatal del uso legítimo de la fuerza, pero limitando su alcance y su rigor en nombre de los derechos individuales y de la dignidade humana, limitar el poder del Estado en un sentido plenamento moderno y liberal. (SANCHÍS, 1985, apud CARVALHO, 2013, p. 154)

Esta seria a base da governabilidade racional, conforme analisada por Max Weber (1864-1920). O fenômeno, tachado pelo sociólogo alemão de “*racionalização do mundo*”, seria compreendido especialmente na existência metodológica fundamentada em regras, em detrimento dos impulsos, emoções e aleatoriedade. Assim, racionalidade seria construir um padrão logicamente consistente que interligue nossos pensamentos e ações, a fim de utilizar-se esse padrão para uma conclusão (MORRISON, 1997, p. 41). Não obstante, o mero viés jurídico na atuação do Estado se mostraria defasado para o complexo século XIX. Esta era vivenciou o aumento da criminalidade e o desenvolvimento das forças policiais modernas (MORRISON, 1997, p. 121), com a dinâmica urbanização ocorrendo nos grandes centros europeus, sendo uma preocupação do governo a manutenção da ordem (ou a criação de uma

nova) nesta estrutura. Esta crescente criminalidade não deixa de ser comentada por um dos personagens em diálogo no livro:

- [...] Já nem falo que os crimes aumentaram na classe inferior nos últimos cinco anos; não falo das pilhagens constantes que aconteceram em toda parte nem nos incêndios; o mais estranho para mim é que os crimes estão aumentando da mesma forma nas classes superiores, e por assim dizer, paralelamente. Ouve-se dizer que aqui um ex-estudante assaltou o correio numa estrada real; ali gente de posição social destacada falsifica dinheiro; em Moscou, capturam uma quadrilha de falsificadores de bilhetes de loteria. E entre os seus principais participantes há um professor universitário de história universal; alhures no exterior assassinam um nosso secretário diplomático por misteriosos motivos de dinheiro...E se agora essa velha usúria tiver sido assassinada por um de seus clientes de penhor – e essa pessoa terá de ser da sociedade mais alta, uma vez que os mujiques não empenham objetos de ouro -, então, a que atribuir esse desregramento – por um lado – da parcela civilizada da nossa sociedade? (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 164)

Este fenômeno levou a um grande incentivo por parte do Estado de ciências que poderiam conceber uma nova ordem:

Como reação aos pensadores da liberdade do século anterior, no século XIX seria colocada a questão da organização da vida social e, por esse motivo, surgiriam “ciências” de governo, como a sociologia e a própria criminologia. Tanto aqueles que queria voltar a uma ordem anterior ou que estava acabando – os conservadores -, quanto aqueles que queriam fundar uma nova e melhor, no futuro, pouco a pouco – os progressistas – ou radicalmente – os revolucionários, recorriam a esses pensamentos para refletir sobre seus projetos de vida comum, que podiam ir da manutenção da velha forma estatal até transformá-la democraticamente ou aboli-la diretamente. (ANITUA, 2008, p. 254)

A justificativa da punição estatal deveria ir além da questão do império da lei, garantias processuais e direitos individuais, recebendo cada vez mais um tom científico, de acordo com o pensamento vigente. Ótimo exemplo desta “revolução” se encontra na obra do jurista sergipano Tobias Barreto (1839-1889), que dispõe:

O direito de punir é um conceito científico, isto é, uma fórmula, uma espécie de notação algébrica, por meio da qual a ciência designa o fato geral e quase quotidiano da imposição das penas aos criminosos, aos que perturbam e ofendem, por seus atos, a ordem social. (BARRETO, 1892, *apud* SHECAIRA, 2013, p. 95)

Assim, o desenvolvimento da criminologia não pode ser dissociado deste contexto: ela deve ser primeiramente compreendida como um discurso sobre controle social. Afinal, muitos dos seus primeiros estudos são inegavelmente interessados em providenciar análises e ideias àqueles que governam o corpo social (MORRISON, 1997, p. 37). É válido se aprofundar no caráter auxiliar da criminologia original para o direito penal, conforme referido inicialmente:

A (re)organização disciplinar das ciências criminais encontrou em dois modelos estrutura adequada que permitiu ao direito penal atingir o grau de cientificidade alcançado pelos demais ramos do direito, notadamente o direito civil. Franz Von Liszt e Arturo Rocco serão os responsáveis pela sistematização e integração das matérias penal, criminológica e político-criminal. (CARVALHO, 2013, p. 38)

Conforme estudou Foucault posteriormente, ocorreu uma revolução no sentido de tornar a punição mais “científica”, sendo cada vez mais o magistrado substituído pelo perito criminólogo: isto pode ser percebido na definição dos critérios para o processo pedagógico de regeneração dos delinquentes em razão de sua sanidade mental (CARVALHO, 2013, p. 40). Nas palavras do próprio autor:

Eis, porém, que durante o julgamento penal encontramos inserida agora uma questão bem diferente de verdade. Não mais simplesmente: “O fato está comprovado, é delituoso?” Mas também: “O que é realmente esse fato, o que significa essa violência ou esse crime? Em que nível ou em que campo da realidade deverá ser colocado? Fantasma, reação psicótica, episódio de delírio, perversidade?” Não mais simplesmente: “Quem é o autor?” Mas: “Como citar o processo causal que o produziu? Onde estará, no próprio autor, a origem do crime? Instinto, inconsciente, meio ambiente, hereditariedade?” Não mais simplesmente: “Que lei sanciona esta infração?” Mas: “Que medida tomar que seja apropriada? Como prever a evolução do sujeito? De que modo será ele mais seguramente corrigido?” Todo um conjunto de julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos, concernentes ao indivíduo criminoso encontrou acolhida no sistema de juízo penal. Uma outra verdade veio penetrar aquela que a mecânica judicial requeria: uma verdade que, enredada na primeira, faz da afirmação de culpabilidade um estranho complexo científico-jurídico. (FOUCAULT, 2013, p. 23)

E claramente, esta ciência foi embasada através da racionalidade de então – o indivíduo, a base do processo racional, deve ser previsível até certo ponto, da mesma maneira que o Estado moderno. A sociedade como um organismo, como predicavam os positivistas, e não como um mero conjunto de

indivíduos livres, seria a concepção pertinente para uma nova forma de governabilidade. Desta forma, concebeu-se diversos saberes com este intuito, numa verdadeira multidisciplinariedade do fenômeno criminal. Pela metade do século XIX, período de Crime e Castigo, foram concebidas áreas como “Antropologia Criminal, Psiquiatria Criminal, Sociologia Criminal, Fisionomia Criminal, Estatística Criminal, Física Social, Medicina das Paixões, Morfologia Criminal, Fisiologia Criminal, etc.” (ELBERT, 2009, p. 65). Constata-se então, que primeiramente os estudos do crime foram frutos de grande hibridez, que só seriam reunidos posteriormente em 1885, com a publicação da obra *Criminologia: Studio sul delitto, sulle sue cause e sui mezzi di repressione*¹⁶, por Raffaele Garofalo (1851-1934), cunhando-se o termo então. Não obstante, estes saberes foram relevantes para o desenvolvimento futuro da criminologia, tendo todos um mesmo objeto de estudo: a explicação da conduta transgressora e sua tipologia para além das normas penais (ELBERT, 2009, p. 67).

Thomas Malthus (1766-1834) foi um dos expoentes do viés organicista herdado pelos positivistas, sendo considerado antecessor do pensamento sociológico. A concepção de que a sociedade é um organismo que se deve autorregular a fim de possuir equilíbrio é a base para todo futuro pensamento sociológico, criminológico e político (ANITUA, 2008, p. 242):

No campo estritamente criminológico, isso repercutiria de forma decisiva nas teorias da pena, que se inclinariam para o defensivismo social utilitarista. O mesmo ideal levará em consideração que aquele que delinque não produz uma violação do contrato, mas revela, desse modo, sua natureza associal, isto é, trata-se de uma célula doente dentro do organismo. Diante dessa natureza enferma, o que cabe ser feito não é a retribuição, mas sim que sejam tomadas medidas de cura ou de eliminação.

Esta concepção social seguia a doutrina denominada “higienismo”, que tomou força no início do século XIX e dava grande monta às questões concernentes à saúde pública, como tratamento de água, campanhas de vacinação, construção de esgotos, etc., a fim de impedir o alastramento de doenças e epidemias, fenômeno regular nos grandes centros urbanos desta

¹⁶ Em tradução livre, “Criminologia: Estudo sobre o delito, sobre sua causa e seus meios de repressão”.

era. A partir do viés higienista, os hábitos das camadas populares foi objeto de estudo também e a marginalidade deixou de ser mera questão moral e tornou-se uma questão médica. A preocupação com hábitos vistos como danosos à sociedade, seja o alcoolismo, a prostituição ou a vagabundagem, tornaram-se tema de análise para estudiosos (ANITUA, 2008, p. 243). É neste período que se viu o início de institutos como confinamento forçado, campanhas médicas à população pobre, hospitais psiquiátricos, etc. Os hábitos associados à classe burguesa eram os tidos como “naturais”, sendo portanto o padrão de normalidade. A constatação de anormalidade deveria ser objeto de tratamento e cura. Esta socialização compulsória pode ser constatada de maneira lata nas diversas instituições associadas ao controle, conforme Michel Foucault expôs em *Vigiar e Punir* (1975). Hospitais, escolas e quartéis não diferiam tanto da prisão: embora somente esta fosse rotulada como o ambiente destinado à punição, em termos estritamente jurídicos, sua configuração não diferia das demais, tendo em comum a aplicação de mecanismo de controle e vigia sobre o corpo do indivíduo. Este *modus operandi* fazia jus à ideologia higienista, conforme pode ser dito sobre a medicina e psiquiatria:

Se a psiquiatria se tornou tão importante no século XVIII não foi simplesmente porque ela aplicava uma nova racionalidade médica às desordens da mente ou da conduta, foi também porque ela funcionava como uma forma de higiene pública. O desenvolvimento, no século XVIII, da demografia, das estruturas urbanas, do problema da mão-de-obra industrial havia feito aparecer a questão biológica e médica das “populações” humanas, com suas condições de vida, de moradia, de alimentação, com sua natalidade e mortalidade, com seus fenômenos patológicos (epidemias, endemias, mortalidade infantil). O “corpo” social deixa de ser simples metáfora jurídico-política (como a que encontramos no *Leviatã*) para surgir como uma realidade biológica e um campo de intervenção médica. O médico deve ser então o técnico do corpo social, e a medicina, uma higiene pública. (FOUCAULT, 2004, p. 9)

Os alienistas surgiram a fim de tratar as origens orgânicas ou psíquicas das doenças mentais, associando-as a condições insalubres de vida e portanto, focando-se na “cura” para o corpo coletivo. Assim, a psiquiatria foi obtendo autonomia na virada entre os séculos XVIII e XIX, prestigiando-se por se inscrever no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social. Em termos de história da ciência e da criminologia, tal fenômeno é terminantemente relevante. Em seu estágio inicial, a psiquiatria

preocupava-se em se alinhar às ciências naturais a fim de ser o mais exato possível, entendendo o homem como o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais (FOUCAULT, 1999, p. 122):

Determinação de relações quantitativas, elaboração de leis que se apresentam como funções matemáticas, colocação de hipóteses explicativas, esforços através dos quais a psicologia tenta aplicar, não sem sacrifício, uma metodologia que os lógicos acreditaram descobrir na gênese e no desenvolvimento das ciências da natureza. Ora, foi o destino dessa psicologia, que se queria conhecimento positivo, apoiar-se sempre sobre dois postulados filosóficos: que a verdade do homem está exaurida em seu ser natural, e que o caminho de todo conhecimento científico deve passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental.

Assim, a análise concernente ao problema “médico” do criminoso deste período se canalizou neste sentido, demonstrando um grande apego à biologia. O francês Philippe Pinel (1745-1826) teve um trabalho basilar neste aspecto, tendo cunhado a ideia do delinquente como um “doente mental”:

Com a ação revolucionária de Pinel começaria a haver uma explicação da loucura fundamentada na suposta alienação do louco em relação a si mesmo, e medida em comparação com os indivíduos normais e respeitosos da ordem. Estes últimos tinham desenvolvido uma capacidade de repressão e autodisciplina sem a qual não seria possível a vida nas novas sociedades burguesas: essa capacidade seria chamada de “autocontrole”. Quem carecesse dela deveria ser confinado até aprender a dominar os seus impulsos. Percebe-se, na obra de Pinel, uma profunda inter-relação entre medicina e direito, entre terapêutica e justiça, a tal ponto que ambos terminarão por estar, outra vez, mas de forma diferente, totalmente confundidos. (ANITUA, 2008, p. 247)

Com o surgimento desta concepção médica, a discussão sobre a atuação da autoridade penal deixar de ser política, como era concebida antes durante a voga contratualista: ela se torna uma questão científica (ANITUA, 2008, p. 248). De fato, até o final do século XVIII, o direito penal colocava a questão da loucura no mesmo âmbito que o Direito Civil e Canônico: na hipótese de debilidade mental e furor, facilmente reconhecíveis (FOUCAULT, 2004, p. 5). Não obstante, a psiquiatria criminal substituiu tal análise pelo problema dos crimes que não são precedidos, acompanhados ou seguidos de nenhum dos sintomas tradicionais da loucura. Tal penetração médica ocorreu justamente nos grandes acontecimentos criminais do período, violentos e raros

– especialmente nos crimes cometidos sem razão aparente, seja interesse, paixão ou motivo. A psiquiatria vai tomando força e se embasa nas ciências naturais para poder constar o que é loucura. Esta é descrita como “uma falha somática no cérebro ou como consequência da interrupção de sua evolução” (FOUCAULT, 2004, p. 7). Ademais, Pinel constatou uma certa disposição criminógena nos indivíduos doentes, não possuindo eficácia a pena destinada ao delinquente são. Discípulo de Pinel, Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), foi um dos psiquiatras mais influentes do século XIX. Desenvolveu a ideia da “monomania”, uma forma de loucura especialmente relacionada com os delitos. A monomania¹⁷ foi compreendida como uma espécie de insanidade parcial, caracterizada pela presença de uma *idéé fixe*¹⁸ que deturparia a sanidade mental do indivíduo em alguns aspectos, mas haveria cognição plena nos demais. Ele rotulou as monomanias como ordinárias, afetivas ou intelectuais, ou monomanias sem delírio, consideradas instintivas. FOUCAULT (2004, pp. 7-8) analisa o papel específico desta patologia, visto ela possuir uma função paradoxal, já que visa apreender:

um tipo de loucura que apenas se manifestaria no momento e nas formas do crime, uma loucura que só teria por sintoma o próprio crime, e que poderia desaparecer uma vez que este fosse cometido. [...] O que a psiquiatria do século XIX inventou foi esta entidade absolutamente fictícia e um crime louco, um crime que seria inteiramente louco, uma loucura que nada mais é do que crime. Aquilo que, por mais de meio século, foi chamado de monomania homicida.

Neste sentido, o papel de Esquirol foi de grande monta no âmbito judicial de sua época:

Foucault e seus colaboradores relembram que esse mesmo Esquirol interveio decisivamente para conseguir o indulto de Pierre Rivière, condenado por parricídio múltiplo. Após essa conquista, o grupo de médicos reunidos na revista *Annales d'Hygiène Publique et de Médecine Légale* logrou impor a lei de 1838, que, ao regular a situação jurídica dos doentes mentais, levava o campo médico para o interior do campo jurídico. (ANITUA, 2008, p. 248)

¹⁷ Definição disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Monomania>

¹⁸ “Ideia fixa” em francês.

Posteriormente, Benoit-Augustin Morel (1809-1873) escreveu em seu *Tratado sobre a degeneração*, de 1857, sobre a relação entre a delinquência e a patologia mental. Nesta interpretação cognitiva, todo delito era compreendido como fruto de um fenômeno patológico, condicionado a fatores biológicos hereditários e ambientais. Estes três psiquiatras lançaram as bases para o pensamento médico criminogêneo do século XIX, que teria grande influência sobre o notório médico Cesare Lombroso (1835-1909).

A influência deste entendimento patológico do crime é expressiva no romance, em uma das ponderações que o protagonista faz sobre sua situação em relação ao criminoso “comum”:

De início – aliás, já muito tempo antes – uma questão o ocupava: por que se descobrem e se denunciam tão facilmente quase todos os crimes e se indicam com tanta evidencia as pistas de quase todos os criminosos? Pouco a pouco ele chegou a conclusões diversas e curiosas e, segundo opinião sua, a causa principal não está tanto na impossibilidade material de ocultar um crime quanto no próprio crime; já o próprio criminoso, e quase todo indivíduo, no momento do crime passa por um certo abatimento da vontade e da razão, que, ao contrário disso, são substituídas por uma fenomenal imprudência infantil, e justo no momento em que a razão e a precaução são mais indispensáveis. Segundo sua convicção, ocorre que esse eclipse da razão e esse abatimento da vontade se apossam do homem como uma doença, evoluem gradualmente e chegam ao ponto máximo um pouco antes do cometimento do crime; continuam da mesma forma no próprio momento do crime e algum tempo depois dele, dependendo do indivíduo; em seguida passam da mesma forma como passa qualquer doença. Mas a questão é: é a doença que gera o crime ou o próprio crime, por sua natureza específica, de certa forma é sempre acompanhado de algo como uma doença? Ele ainda não se sentia em condição de resolver.

Chegando a tais conclusões, resolveu que pessoalmente, no caso dele, essas reviravoltas mórbidas não poderiam acontecer, que a razão e a vontade permaneceriam nele, inalienáveis, durante todo o tempo da execução do plano, pelo único motivo de que o que ele planejara não era crime. (DOSTOIÉVSKI, 2009, pp. 85-86)

Não obstante, esta convicção de Raskólnikov em se distinguir de um criminoso comum acaba demonstrando novamente a ironia do romance. Após confessar seu crime, o protagonista é levado à julgamento e é emitido um parecer psiquiátrico sobre ele. Os terapeutas compreendem de fato por sua distinção com outros criminosos, mas por motivos totalmente diversos – o protagonista é que estaria cometido de uma patologia, justamente a “monomania”, visto às incongruências por trás de suas ações:

Por último, alguns (particularmente os psicólogos) admitiram até a possibilidade de que ele realmente não tivesse examinado a bolsa e por isso mesmo não sabia o que havia nela, e sem saber, acabou metendo-a debaixo da pedra, mas daí mesmo concluíram que o próprio crime não podia haver sido cometido senão em algum estado momentâneo de loucura, por assim dizer, de monomania mórbida de assassinato e saque, sem outros fins e cálculos de vantagem. Aqui, a propósito, veio a calhar a moderna teoria em moda sobre a loucura momentânea, que atualmente se procura aplicar com tanta frequência a outros criminosos. Além do mais, o antigo estado hipocondríaco de Raskólnikov foi declarado em detalhes precisos por muitas testemunhas como o doutor Zóssimov, os seus antigos colegas, a senhoria, a criada. Tudo isso contribuiu fortemente para a conclusão de que Raskólnikov não apresentava grande semelhança com um assassino comum, um bandido e ladrão, e de que nesse caso havia algo diferente. [...] O estado mórbido e desastroso do criminoso antes do crime não foi objeto da mínima dúvida. O fato de ele não ter se aproveitado do produto do roubo foi considerado em parte como efeito do arrependimento já manifesto, em parte como estado não plenamente são das faculdades mentais no momento da execução do crime. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 544)

Outro estudo curioso desenvolvido neste período foi o da frenologia – o escopo desta disciplina era a compreensão da mentalidade humana em termos físicos: as forças que a motivaria não seriam intelectuais, e sim, materiais. Por conseguinte, elas podiam ser vislumbradas fisicamente, a partir do estudo da cranioscopia, já que o crânio relevava os órgãos do cérebro nos quais seriam geradas as faculdades estudadas. Um dos interesses específicos no ramo frenológico era a análise do crânio de delinquentes, a fim de registrar quais seria as faculdades mentais proeminentes em tipos indesejáveis. O gritante determinismo biológico nesta matéria não se limitou à questão dos marginalizados, sendo conivente para institucionalizar um racismo científico contra as populações não europeias:

Em 1823, foi criada uma sociedade frenológica na Inglaterra e em 1832 na França. Também havia frenólogos nos preconceituosos Estados Unidos [...]. Com efeito, a frenologia serviria para demonstrar, daí em diante, a suposta inferioridade racial dos homens e mulheres de pele negra. Um dos cientistas que serviram a esses fins foi Samuel George Morton (1799-1751), que publicou *Crania Americana*, em 1839, e *Breves comentários sobre as diferenças das raças humanas*, em 1842, duas obras nas quais se pode perceber a origem do racismo moderno, baseada nas “verdades fisiológicas” dos frenólogos. Esses livros, assim como o do médico Josiah Clark Nott (1804-1873), *Dois lições de história natural sobre as raças negra e caucásica*, de 1844, serviriam aos grandes proprietários sulistas para tentar continuar mantendo um sistema baseado na exploração do negro e da mulher – considerados inferior, sobretudo por Nott -, mas com explicações científicas e religiosas. (ANITUA, 2008, p. 274)

A suposta “cientificidade” frenológica causou atritos com a Igreja Católica, que compreendia a limitação do homem a termos tão biológicos como um atentado à ideia do livre arbítrio. Embora a abordagem considerada científica para este ramo era, na melhor das hipóteses, irrisória, utilizando métodos lamentáveis e chegando a teorias contraditórias, a frenologia gozou de grande prestígio na Europa e nos Estados Unidos.

Juntamente com o advento da frenologia, é pertinente destacar o desenvolvimento do ramo da antropologia cultural como um grande exemplo do caráter político da ciência, seguindo tal saber uma hierarquia racial baseada no Darwinismo social. Um dos seus expoentes, E. B. Tylor (1832-1917) predicava que certas culturas distintas da ocidental faziam parte de um processo evolutivo, em que se passava desse estágio de inferioridade até chegar à mesma situação da Europa, comparável a infância do homem. Seguindo a concepção comteana de estágios, o triunfo da ciência representava o suprassumo da humanidade. As culturas que não seguiam esse padrão seriam então consideradas inferiores. Tylor não limitou o conceito de inferioridade cultural a terras distantes da Europa, mas mesmo nas nações “civilizadas”, a infantilidade antropológica poderia ser denotada em diversos setores da sociedade, como no caso dos camponeses que possuíam costumes e superstições próprias (HOBSBAWM, 1975, pp. 311-312). O conceito de inferioridade biológica se estendeu a diversos tipos sociais, dentre eles, o criminoso:

Concomitantemente, como a (majoritariamente italiana) escola de “antropologia criminal” propôs provar, o criminoso, o antissocial, o socialmente desprivilegiado, pertencia a um gênero humano diferente e inferior do “respeitável” e podia ser reconhecido como tal pela medição de seu crânio ou de outras maneiras simples.¹⁹ (HOBSBAWM, 1975, p. 313, tradução livre)

Outro ramo do conhecimento que tomou grande forma neste período foram as estatísticas e as ciências atuariais. O Estado moderno foi o primeiro a se aprofundar no acúmulo de informações e dados sobre seus cidadãos:

¹⁹ “Conversely, as the (mainly Italian) school of ‘criminal anthropology’ purported to prove, the criminal, the anti-social, the socially underprivileged, belonged to a different and inferior human strain from the ‘respectable’, and could be recognized as such by measuring the skull or in the other simple ways.

desenvolve-se os censos gerais – computando-se taxas de natalidade, óbito, escolaridade, etc. O fenômeno criminal não escapou deste cálculo também, sendo um dos objetos de maior interesse na estatística. Um dos estudos formados nesta época foi o das “estatísticas morais”, não obstante, desde o Iluminismo já fora demonstra interesse por este tipo de raciocínio, visando uma “ciência do homem”:

Isso não é de estranhar se for considerado o estudo paralelo das matemáticas, da filosofia e da política nos grandes pensadores de todos os tempos. Há que se destacar que o próprio Beccaria, naquilo que esteve entre suas preocupações após seu célebre *Dos delitos e das penas*, ressaltara a importância das estatísticas na construção da ciência social ou humana necessária, prévia ao estudo da penalidade, da criminologia etc. Beccaria dedicou-se, a seguir, aos estudos de economia e de organização da administração e seu interesse pela estatística está patente sobretudo na série de conferências de 1771, publicadas como *Elementi di economia pubblica*, que incluíam tabelas estatísticas e comparações sobre nascimentos, matrimônios, educação e expectativa de vida. Suas ideias assemelhavam-se às de François Quesnay, o referente dos “filósofos” que estudou a circulação de bens no sistema econômico global. Igual intenção guiava Adam Smith e tantos outros. (ANITUA, 2008, pp. 281-282)

Estes estudos, muito caros aos utilitaristas, foi aprofundado ao longo do século XIX. Um dos fundadores da estatística moderna, o belga Adolphe Quételet (1796-1874), foi o primeiro a constatar a regularidade em comportamentos delinquentes. Desta forma, visou descrever os desvios em termos estatísticos, a fim de obter uma previsão dos mesmos. Entre suas leis estatísticas, figuram a lei térmica da criminalidade, que preconiza a relação entre altas temperaturas e os delitos contra as pessoas, enquanto que nas baixas temperaturas, predomina os delitos contra a propriedade. Sua obra principal já deixa explicitado no título esta comunicação entre fenômenos naturais e o crime: *Sur l'homme et le développement de ses facultés, essai d'une physique sociale*²⁰, de 1835. As leis físicas permitiriam a medição do comportamento do “homem médio”: a partir deste homem, e de uma grande quantidade de casos, as particularidades dos seres humanos deixavam de ter relevância e poderia ser previsto o que a humanidade faria no futuro (ANITUA, 2008, p. 283). Evidentemente, os principais antagonistas desta linha de pensamento foram os partidários do livre arbítrio. Não por acaso, Quételet foi

²⁰ Em tradução livre, “Sobre o homem e o desenvolvimento de suas faculdades, ensaio de uma física social”.

um dos primeiros a compreender pela impossibilidade de extinção do crime: o delito é visto como um fato inevitável dentro da sociedade, indiferente de seu potencial de transformação social ou moral sobre o indivíduo. O máximo que seria possível no combate à criminalidade é sua redução ao tomar medidas preventivas. Esta ideia não foge da posteriormente exposta por Émile Durkheim (1858-1917) em *Da Divisão do Trabalho social*. Atendo-se à prevenção da criminalidade, o estatístico desenvolveu “tabelas de criminalidade”, focando no seu fluxo. A partir delas, constatava-se a tendência ao crime em determinados sujeitos, a partir de fatores como o clima, sexo, idade e classe social. De fato, o positivismo foi caracterizado por um grande fetiche no que se refere a classificações, tipologias e contagens – por exemplo, André-Michel Guerry (1802-1866) se devotou à análise de estatísticas relacionadas ao crime e ao suicídio, tendo estudado, entre 1832 a 1864, 21.132 casos de pessoas acusadas de homicídio consumado e tentado, rotulando uma classe de 4.478 classes de motivos para tal (MORRISON, 1997, p. 119).

O escopo desta metodologia foi demonstrar a possibilidade de assimilação das ciências sociais pelas ciências naturais, e este modelo analítico logo se alastrou por total Europa: zonas e áreas do continente começaram a ser estaticamente estudadas, a fim de constatar taxas sobre a delinquência, a prostituição, o suicídio, etc. Na Rússia, não houve exceção quanto a popularização deste estudo, tendo sido Quételet considerado o pilar da “ciência estatística” pela imprensa russa (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 66, nota de rodapé). Após a publicação de seu livro *O homem e o desenvolvimento das suas faculdades*, a publicação de percentuais e dados tornou-se comum nos periódicos e revistas russos em 1865. No romance, Raskólnikov reflete sobre tais estudos após confrontar um homem suspeito que estava molestado uma jovem na rua. O protagonista cogita a hipótese dela fazer parte da porcentagem de “vítimas condenadas inevitavelmente pela natureza ao crime e à prostituição”, de maneira um tanto irresignada com esta forma de abordar tal tipo de infortúnio:

Pobre menina! ... – disse ele, olhando para o canto vazio do banco. – Vai voltar a si, chorar, depois a mãe ficará sabendo de tudo...Primeiro irá espancá-la, depois acoitá-la, para doer e envergonhar, pode ser até que expulse de casa...Mas se não expulsar, as Dárias Frantsievas acabarão farejando e a minha menina começará a correr pra lá e pra

cá... Depois logo irá bater com os costados num hospital (e isto sempre acontece com aquelas que vivem com suas mães muito honestas e fazem travessuras às escondidas delas), e depois...depois novamente hospital...vinho...botecos... e de novo hospital... dois, três anos depois estará mutilada, aos dezoito ou dezenove anos de vida apenas... Por acaso não conheço moças assim? E como chegaram aí? Foi assim que chegaram... Arre! Que seja! É assim, dizem, que tem de ser. Essa tal porcentagem, dizem, deve ir todo ano... para algum lugar... para o diabo, deve ser, para revigorar as demais e não lhes atrapalhar. Porcentagem! Excelentes, verdade, essas palavrinhas deles: são tão tranquilizantes, científicas! Foi dito: porcentagem – logo, não há motivo para inquietação... E se de alguma maneira Dúnietchka entrar na porcentagem! ... Se não nessa, mas em outra? (DOSTOIÉSKI, 2009, p. 66)

A abordagem estatística se tornou de suma importância para o funcionamento estatal e policial. Em 1833, a polícia francesa inaugurou o método de identificar os criminosos através de um sistema de boletins individuais contendo dados identificadores, antecessor dos documentos de identidade, que logo foi adotado por boa parte dos países ocidentais. Dentre razões para isso, indubitavelmente jaz a finalidade de prevenção ao crime, ao já ser realizado um controle e classificação sobre tipos considerados perigosos (ANITUA, 2008, p. 286). A análise estatística criminal não foi descartada até hoje, sendo utilizada como instrumento de estudo principalmente nos Estados Unidos. Mesmo que sujeito a críticas, ainda é visto como um instrumento necessário para a pretensão de quantificar ou medir a criminalidade.

Assim, resta exposto que o paradigma positivista tomou uma força hegemônica nas sociedades de seu período, manifestando-se então em diversos ramos, especialmente a criminologia: não à toa que pelo final do século XIX o próprio termo “criminologia” foi cunhado – embora a questão criminal já era estudada muitos anos antes, conforme exposto, foi neste período, apogeu do cientificismo, que diversos rótulos e termos tomaram forma no mundo acadêmico. Surgiria então, algumas décadas após a publicação de *Crime e Castigo*, as primeiras escolas criminológicas: notoriamente, a escola positivista italiana, originada por Cesare Lombroso. Conhecido de todos no meio da criminologia, este prezou pela interpretação bioantropológica do criminoso, se aproximando dos frenólogos e psicólogos estudados anteriormente (ANITUA, 2008, p. 302). Sua obra mais famosa, *L'uomo*

*delinquente*²¹, foi publicada em 1876. Durante anos, até o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), estas ideias foram debatidas nos ciclos acadêmicos seriamente: o primeiro congresso de antropologia criminal foi realizado em Roma, em 1885, e o último, em Colônia em 1912, alguns anos após a morte de Lombroso (ANITUA, 2008, p. 305). Entre discípulos famosos seus estão Enrico Ferri (1856-1929) e Raffaele Garófalo, que formam a tríade da escola positiva de criminologia. Embora ambos tenham evoluído nas ideias criminais, mantiveram o visível determinismo e monocausalismo de Lombroso, não indo além na concepção do criminoso como um desviante que representa afronta ao organismo social (ANITUA, 2008, p. 308).

4) CONCLUSÃO

A partir da análise histórica feita, acompanhada da exposição do retrato que Dostoiévski fez de seu período na sua obra *Crime e Castigo*, constatou-se que o fenômeno da racionalidade, fruto do movimento iluminista, foi visto pelos mais influentes filósofos da tradição ocidental como o verdadeiro elemento de compreensão e libertação do homem, ao conceber um agir e pensar direcionados ao “progresso”. Embora nunca tenha havido um consenso entre as escolas filosóficas quanto ao objeto e limites deste conceito, foi pacífico o entusiasmo relativo à construção de uma nova sociedade e uma nova governança a partir dos ideais tomados na Revolução Francesa. Assim, neste período foi reformulada a atuação do Estado moderno a partir destes princípios filosóficos. Os ideais progressistas não enaltereceram somente as conquistas políticas de então, mas também as científicas, compreendendo ambas indissociáveis, visto buscarem o bem estar do homem.

Ao analisar a fase posterior ao Iluminismo, a segunda metade do século XIX, vê-se que a sociedade ocidental viveu o apogeu do cientificismo, manifestado em doutrinas como o positivismo. Ressaltou-se como, embora tal era tenha sofrido uma relativa “morte” da filosofia, este fenômeno não é dissociado da ideologia progressista iniciada outrora. A partir da nova concepção do Estado, o exercício do poder foi tomando um caráter cada vez mais “racional”, incentivando o desenvolvimento de novas disciplinas e saberes

²¹ Em tradução livre, “O homem delinquente”.

científicos que permitissem resolver à problemática oriunda da sociedade industrial. Desta forma, apresentou-se o nascimento da criminologia neste contexto histórico a partir dos estudos de diversas áreas, como a médica, a antropológica, a estatística, etc. Isto tudo acarretou numa interpretação estritamente mecanicista e preconceituosa do delinquente, ao tomar diversas generalizações e premissas constatadas por métodos questionáveis como verdadeiras, demonstrando a limitação e opressão existente na nova sociedade racionalista.

Feita esta exposição, cabe terminar manifestando o júbilo que é poder trazer tema desta espécie ao âmbito acadêmico e estruturá-lo de maneira adequada. A busca pelo conhecimento é sempre instigante, e realizar uma ruptura com o formalismo acadêmico ao abordar um tema não ortodoxo torna essa missão mais revigorante. Além disso, a possibilidade de expandir a disciplina criminológica, demonstrando sua influência entre os ramos mais variados como a filosofia, a história, e obviamente, a literatura, prova que o conhecimento pode ser estudado e repassado das formas mais variadas e abrangentes. Tal constatação permite repensar à metodologia que deve ser utilizada na formação do pesquisador, professor ou jurista, para que este seja mais reflexivo e crítico quanto a sua realidade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ANITUA, Gabriel Inacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

BAKHTIN. Mikhail. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

BARRETO, Tobias. **Estudos de direito**. 1892. *apud* SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BARRETT, William. **Irrational man: a study in existential philosophy**. Westport: Greenwood Press, 1977.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. São Paulo: Editora 34, 2009.

ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual básico de criminologia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX** (1978). In: _____; MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos, vol. V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A psicologia de 1850 a 1950** (1957). In: _____. **Ditos e Escritos, vol. I: Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FRANK, Joseph. **Dostoyevsky and the ideals of mankind**. In: **The Yale Review**, vol. 98, nº 4. 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9736.2010.00649.x/abstract>

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1798-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010

_____. **The Age of Capital: 1848-1875**. Londres: Weidenfeld and Nicolson Ltd., 1975.

JONES, Malcolm V. **Some Echoes of Hegel in Dostoyevsky**. In: **Slavonic and East European Review**, vol. 49, nº 117. 1971. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4206449?seq=1#page_scan_tab_contents

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?**. 1784. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.htm>

KAUFMANN, Walter. **Existentialism: from Dostoyevsky to Sartre**. Nova York: New American Library, 1975.

MORRISON, Wayne. **Theoretical Criminology: from modernity to post-modernism**. Londres: Cavendish Publishing Limited, 1997.

SANCHÍS, Luis Pietro. **La Filosofía Penal de la Ilustración. Aportación a su estudio**. 1985. *apud* CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SITES:

MONOMANIA. In: **WIKIPEDIA**. 2015. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Monomania>. Acesso em: 22 out. 2015.